



# Franco de Menezes

A D V O G A D O S

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR VITOR FEITOSA PREGOEIRO DA SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM**

## **Procedimento de Aquisição de Serviços não Comuns nº 001/2022 - SERAFI-BR**

**FSB ESTRATÉGIA EM COMUNICAÇÃO**, qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, por seu representante, signatário do presente, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar

### **IMPUGNAÇÃO AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

interpostos pelas agências In Press e Partners, com espeque no item 15.7. do Edital, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

#### **1. DA TEMPESTIVIDADE**

01. Inicialmente, ressalta-se que a presente peça é tempestiva, uma vez que a Recorrida tomou ciência dos recursos interpostos através de e-mail encaminhado pelo Sr. Vitor Feitosa, Pregoeiro.

02. Na oportunidade, informou-se que: *"Quanto à recorrida e as demais licitantes, estas tem o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de contrarrazões que começará a fluir no dia seguinte ao término do prazo aludido acima, e **findará em 31/10/2022**".*

03. Não há dúvida, portanto, quanto à tempestividade da presente peça, que deve ser recebida a fim de que os recursos interpostos pelas licitantes In Press e Partners sejam desprovidos, nos exatos termos do pedido a seguir aduzido.

Este documento foi assinado digitalmente por Emerson Franco De Menezes. Este documento foi assinado eletronicamente por Ludimila Cesária Martinelli. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 02EB-2F82-AE0C-23B9.

pagina 1



Franco de Menezes

ADVOCADOS

04. A seguir, as razões de fato e de direito que sustentam o improcedimento das reclamações manejadas pelas licitantes Infines e Partners.

## 2. SÍNTESE

02. O Ministério de Minas e Energia, através do Serviço de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Serviço Geológico do Brasil - CGM, publicou a Minuta de Edital nº 1016870/2025, Processo nº 48082.02/2025-001, referente ao procedimento de Adjucação de Serviços Não-Comuns nº 0041/2025 -SEINF-ER, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria, tais como Design, Diagramação e Planejamento Gráfico e Produção Contábil, Canais Digitais e Audiovisual e Fotografia.

03. Respeitos os procedimentos licitatórios adotados e analisadas as propostas técnicas de preço e os documentos de habilitação, a F23 Enalte Ltda comunicou aos demais licitantes vencedora do certame.

07. Instalada a comissão de julgamento, a mesma realizou a abertura dos envelopes de propostas técnicas e de preços, bem como a análise das mesmas, sendo que a F23 Enalte Ltda foi declarada vencedora do certame.

# EM BRANCO

## 3. DAS RAZÕES PARA DESPROVER O RECURSO DA INFINES

### 3.1. DA VALIDADE DO JULGAMENTO

08. A Infines alega que o seu recurso fundamentado que há a necessidade de realizar o julgamento licitatório, pois "segundo entendimento e artigo de lei, não há possibilidade de recurso, pois o julgamento de que há nulidade do julgamento por vício de motivação do ato".

09. A recorrente indica o item 10.1 do edital, artigos 7º e 28, XI do Regulamento de Licitação do órgão e, por fim, o artigo 31 da Lei 13.303/2014, como fundamento para a sua manifestação pretensão nulidade do certame. Todavia, por a mesma indicar apenas os artigos dispositivos legais para se questionar, não há suporte à tese alegada pelo recorrente, fundamentada com a nulidade do ato.



# Franco de Menezes

A D V O G A D O S

04. A seguir, as razões de fato e de direito que autorizam o improvimentos dos recursos manejados pelas licitantes InPress e Partners.

## 2. SÍNTESE FÁTICA

05. O Ministério de Minas e Energia, através da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, publicou a Minuta de Edital nº 1016870/2022, Processo nº 48083.000100/2021-22, referente ao Procedimento de Aquisição de Serviços Não Comuns nº 001/2022 - SERAFI - BR, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de comunicação, tais como Design, Diagnósticos e Planejamentos, Gestão e Produção de Conteúdo, Canais Digitais e Audiovisual e Fotografia.

06. Realizados os procedimentos licitatórios, entregues e analisadas as propostas técnicas, de preço e os documentos de habilitação, a FSB Estratégia em Comunicação foi declarada vencedora do certame.

07. Insatisfeitas, as concorrentes da ora Impugnante interpuseram recursos com a finalidade de desclassificar a FSB ou, ao menos, diminuir a sua pontuação. No entanto, esse entendimento não merece prevalecer, conforme será demonstrado a seguir.

## 3. DAS RAZÕES PARA DESPROVER O RECURSO DA IN PRESS

### 3.1. DA VALIDADE DO JULGAMENTO

08. A In Press começa o seu recurso afirmando que há a necessidade de refazer o procedimento licitatório, pois "*sequer contraditório e ampla defesa aqui será possível*", isso sob o argumento de que há nulidade do julgamento por ausência de motivação do ato.

09. A recorrente indica o item 10.1 do edital, artigos 4º e 28, XI do Regulamento de Licitações do órgão e, por fim, o artigo 31 da Lei 13.303/2016 como supedâneos para a sua malfadada pretensão anulatória do certame. Todavia, basta uma simples leitura dos referidos dispositivos legais para se ver que nenhum deles dá suporte à tese abraçada pela recorrente, irresignada com o resultado final.

Este documento foi assinado digitalmente por Emerson Franco De Menezes. Este documento foi assinado eletronicamente por Ludimila Cesária Martinelli.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 02EB-2F82-AE0C-23B9.

pagina 2



Francisco de Mendez

ADVERTÊNCIAS

ILUSTRANDO SENHOR VITOR FEITOSA FREDEIRO DA SECRETARIA DE  
GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO SERVIÇO  
GEOLOGICO DO BRASIL - CPRM

Instalamento de Antena de Satélite na Comunidade n.º 001/2022 - SIBRAE

05

**EM BRANCO**

## 1. DA TEMPERATURA

01 - Instalando-se em uma área que apresenta baixa temperatura, uma vez que a temperatura média anual dos recursos hídricos através de afluente é de 15,5°C.

02 - A temperatura informada por: Quanto à temperatura de afluente, esta tem a parte de 5 (cinco) graus para afluente de afluente que compete a fluir no dia seguinte ao término da obra.

Como a temperatura em 31/10/2022

03 - Não há grande diferença quanto à temperatura da afluente para afluente, devido a fluir no dia seguinte ao término da obra.



# Franco de Menezes

A D V O G A D O S

10. Ainda, a Impugnada afirma que as empresas licitantes estão "impossibilitadas" de contestar suas notas atribuídas de forma arbitrária. Grande equívoco, mormente porque o edital é claro ao estabelecer os parâmetros da disputa e os critérios da seleção da proposta mais vantajosa.

11. Sobreleva destacar que a recorrente, não concordando com os termos do edital poderia impugná-lo no momento oportuno, porém quedou-se inerte e como é sabido o Direito não socorre aos que dormem: "*Dormientibus Non Succurrit lus*".

12. O recurso carece de fundamentos plausíveis e, por esta razão, deve ser julgado improcedente.

13. Nesse sentido, não há que se falar em ausência de contraditório ou ampla defesa, tanto é verdade que construiu sua peça de irresignação em comento.

14. No que tange à suposta falta de motivação para atribuição das pontuações conferidas às licitantes, a Recorrente desrespeita o trabalho feito pela Comissão Julgadora que, desde a abertura dos envelopes com as propostas, demonstrou o seu empenho com a transparência e lisura em todo o processo.

15. É importante ressaltar que o instrumento convocatório foi muito claro ao determinar critérios objetivos de julgamento, expondo a pontuação máxima de cada quesito, composta pela soma dos valores atribuídos a cada um dos subquesitos. Vide, por exemplo, os parâmetros fixados para o julgamento do Raciocínio Básico:

7.2.1. **Plano de Comunicação Corporativa:**

**I - Raciocínio básico - máximo de 05 (cinco) pontos, relativos a:**

- a) análise das características e especificidades do CONTRATANTE e do seu papel no contexto no qual se insere (máximo de 1 (um) ponto);
- b) diagnóstico relativo às necessidades de comunicação corporativa identificadas (máximo de 2 (dois) pontos);
- c) compreensão da relação do órgão/entidade com seus diferentes públicos (máximo de 1 (um) ponto);
- d) compreensão do desafio e dos objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing (máximo de 1 (um) ponto).

16. Além disso, ao contrário do que tenta fazer crer a In Press, não houve violação do Regulamento desta entidade que, nos artigos citados pela Recorrente, (4º e 28) determina que devem ser observados os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da competitividade e do julgamento objetivo e, ainda, que o Edital conterà informações essenciais sobre os critérios de pontuação e estipulação de pesos e formas utilizadas, "*bem como as respectivas justificativas*



# Francisco & Meneses

ADVOCADOS

10. Ainda a impugnação afirma que as empresas detêm estas "competências" de concertar suas rotas aéreas sob o rótulo "Quarta geração", o que não é claro no estabelecimento de parâmetros de atuação e os critérios de seleção de propostas mais vantajosas.

11. Salvo o destaque que a recorrente não concordando com os termos do edital, não impugnou no momento oportuno, porém quando se houve a decisão do DCA não ocorreu aos que demandam. Conquanto não se possa

12. O recurso carece de fundamentação plausível e por esta razão, não se faz necessário o seu julgamento.

13. Nesse sentido, não há que se falar em ausência de conhecimento ou erro de fato, tanto a verdade que constitui sua peça de instrução em evidência.

14. Não se trata de suposta falta de motivação para impugnação das propostas, pois a recorrente não impugnou as propostas feitas pelo DCA, mas sim, impugnou a decisão de julgamento, o que não é o caso. Portanto, não há que se falar em erro de fato.

# EM BRANCO

15. É importante ressaltar que o DCA não possui competência para julgar a validade dos atos administrativos, pois esta é atribuição do Poder Judiciário. Assim, a impugnação da recorrente não é cabível, pois se trata de matéria de direito administrativo, e não de direito administrativo. Portanto, a impugnação da recorrente não é cabível, pois se trata de matéria de direito administrativo, e não de direito administrativo.

16. Não há que se falar em erro de fato, pois a recorrente não impugnou as propostas feitas pelo DCA, mas sim, impugnou a decisão de julgamento, o que não é o caso. Portanto, não há que se falar em erro de fato.

17. Não há que se falar em erro de fato, pois a recorrente não impugnou as propostas feitas pelo DCA, mas sim, impugnou a decisão de julgamento, o que não é o caso. Portanto, não há que se falar em erro de fato.



# Franco de Menezes

A D V O G A D O S

*para a classificação das empresas licitantes, quando se tratar de licitação cujo critério de julgamento é o de melhor combinação de técnica e preço”.*

17. Ora, tudo isso foi devidamente observado. Em nenhum momento ignorou-se os princípios supracitados. As justificativas para classificação das empresas licitantes, por sua vez, constam no próprio instrumento convocatório, o que, aliás, é a determinação do Regulamento da entidade. E nada mais são do que as notas atribuídas a cada concorrente, que orientam as suas respectivas classificações.

18. Desse modo, não assiste razão à In Press quanto à suposta necessidade de refazimento deste procedimento licitatório que observou não só o Regulamento da entidade, quanto a legislação das estatais e conferiu-lhe condições plenas de construir o seu recurso e pleitear o que entender pertinente.

## **3.2. DA VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS DA FSB**

19. O segundo ponto levantado pela Recorrente refere-se ao pleito de desclassificação da proposta de preços apresentada pela empresa declarada vencedora, pois ela supostamente teria desrespeitado o Edital.

20. Isso porque a ora Impugnada aduz que a proposta da FSB possui um valor superior àquele estimado no Termo de Referência, qual seja, de R\$ 5.007.964,86 (cinco milhões, sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).

21. Nesse sentido, a In Press afirma que a nota final da FSB *“sequer deveria ser obtida, já que, obviamente, sua proposta de preço é ensejadora de sua própria desclassificação conforme termos do Edital”*.

22. A partir daí, a ora Impugnada passa a discorrer sobre a vinculação ao instrumento convocatório e a dizer que são essas regras que impedem a realização de contratos superfaturados.

23. Contudo, mais uma vez, esse entendimento não merece prevalecer. Isso porque a licitante, concorrente da FSB, falha na própria leitura do instrumento convocatório. Vide o que dispõe o Edital:



# Franco de Menezes

A B O R T

para a classificação das empresas fiduciárias quando se trata de licitação e de sistema de julgamento e o de maior complexidade de técnica e custo?

15. Ora tudo isto foi devidamente observado. Em nenhum momento ignoramos os princípios supracitados. As justificativas para classificação das empresas fiduciárias por sua vez constam no próprio instrumento convocatório e que, tal como a classificação do regulamento da entidade. E nada mais não do que as suas entidades e cada concorrente, que orientam as suas respectivas classificações.

16. O que todo isto não assiste caso à lei Press quanto à sua natureza jurídica. O presente instrumento licitatório não contém qualquer referência ao regulamento da entidade, quanto à legislação das entidades e constituintes concorrentes de licitar e seu recurso e pleitear o que entender pertinente.

## 3.3. DA VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS DA F2B

17. O segundo ponto levantado pela Recorrente refere-se ao objeto da classificação de preços de proposta de preços apresentada pela empresa licitante.

# EM BRANCO

18. A proposta de preços apresentada pela F2B possui um valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões, zero mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

19. O valor referido na F2B é o valor final da F2B, segundo o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões, zero mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) que, obviamente, sua proposta de preço é superior de sua proposta de classificação conforme termos do Edital.

20. A partir daí, é que impugnação para a discussão sobre a validade do instrumento convocatório e dizer que são estas regras que impedem a participação de concorrentes supracitados.

21. Contudo, mais uma vez, esse entendimento não merece prevalecer, já que a licitante, concorrente da F2B, fez a sua própria leitura do instrumento convocatório. Vê-se a que dispõe o Edital:





# Franco de Menezes

A D V O G A D O S

13.1. **O valor estimado do contrato será sigiloso**, conforme previsto no art. 34, da Lei nº 13.303/16 c/c art. 15, §2º, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

13.2. O valor do orçamento estimado para a contratação poderá ser divulgado pela CEL **com a finalidade de realizar a negociação** com o proponente, nos termos previstos neste Edital. (g.n.)

24. Observe-se que o item 13.1. do instrumento convocatório determinou que o valor estimado do contrato será sigiloso, nos termos do previsto no art. 34 da Lei 13.303/16 c/c art. 15, §2º do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM. Contudo, o item seguinte é claro em especificar que o orçamento **estimado poderá** ser divulgado com a mera finalidade de **realizar negociação** com o proponente.

25. Ora, não se trata de limitação imposta pelo Edital, mas evidente base referencial para a negociação. Nesse contexto, vale lembrar a definição do significado do adjetivo "estimado" - "*que se estimou; sobre o qual se fez um cálculo aproximado*"<sup>1</sup>.

26. Vale notar que o questionamento da Recorrente sobre o exercício apresentado pela FSB Comunicação é contraditório com os fundamentos elencados pela própria In Press, em seu recurso, à página 2, quando diz que: "*a adoção [de licitação] do tipo "técnica" [...] tem o claro intento de fazer com que a entidade se valha da criatividade das agências na elaboração das estratégias de comunicação e das propostas técnicas*". Isso foi exatamente o entendimento e o recurso usado pela FSB, além de ser uma marca da empresa: o uso da criatividade, obviamente sempre dentro dos parâmetros legais e normativos.

27. Obviamente que foi a criatividade que trouxe à FSB a melhor nota na avaliação da comissão julgadora.

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=significado+de+estimado&oq=significado+de+estimado&aqs=chrome..69i57j0i512l2j0i22i30l2j69i60l3.4538j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acesso em 31 out 2022.



# Franco de Mendonça

1 2 3 4 5 6 7 8 9 0

12.1 O valor estimado de recursos será divulgado, conforme previsto no art. 24 da Lei nº 11.303/06 de 04 de 02 de 2006, pelo Regulamento de Licitação e Comissão de Licitação, em conjunto com a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das principais informações necessárias para a elaboração das propostas.

12.2 O valor do orçamento estimado deve ser divulgado nos autos do processo de licitação, com a finalidade de permitir a negociação com a proposta, nos termos previstos no art. 12 da Lei nº 11.303/06.

13. O presente se dá a partir do art. 12.1 do instrumento convocatório de licitação que o valor estimado do contrato será sigiloso, nos termos da previsão no art. 24 da Lei nº 11.303/06 de 04 de 02 de 2006, do Regulamento de Licitação e Comissão de Licitação, e não segundo o que se especifica que o orçamento estimado poderá ser divulgado com a finalidade de realizar negociações com a proposta.

14. O presente se dá a partir de licitação imposta pelo Edital, nos termos da Lei nº 11.303/06 de 04 de 02 de 2006, e não segundo o que se especifica que o orçamento estimado poderá ser divulgado com a finalidade de realizar negociações com a proposta.

# EM BRANCO

15. Vale ressaltar que o presente se dá a partir do Regulamento de Licitação e Comissão de Licitação, e não segundo o que se especifica que o orçamento estimado poderá ser divulgado com a finalidade de realizar negociações com a proposta. Além disso, o presente se dá a partir do art. 12 da Lei nº 11.303/06 de 04 de 02 de 2006, e não segundo o que se especifica que o orçamento estimado poderá ser divulgado com a finalidade de realizar negociações com a proposta.

16. O presente se dá a partir do art. 12 da Lei nº 11.303/06 de 04 de 02 de 2006, e não segundo o que se especifica que o orçamento estimado poderá ser divulgado com a finalidade de realizar negociações com a proposta.

17. O presente se dá a partir do art. 12 da Lei nº 11.303/06 de 04 de 02 de 2006, e não segundo o que se especifica que o orçamento estimado poderá ser divulgado com a finalidade de realizar negociações com a proposta.

18. O presente se dá a partir do art. 12 da Lei nº 11.303/06 de 04 de 02 de 2006, e não segundo o que se especifica que o orçamento estimado poderá ser divulgado com a finalidade de realizar negociações com a proposta.



# Franco de Menezes

A D V O G A D O S

28. Dessa forma, a negociação do preço com a empresa com a melhor proposta técnica é algo totalmente viável - inclusive, é por isso que esse tipo de licitação foi escolhido, como esclarece a própria Recorrente - e o valor estimado, evidentemente, é apto a ser utilizado como referencial na negociação.

29. Vide que há uma diferença grande entre "valor máximo" e "valor estimado".

30. *"O preço estimado seria o valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, sendo os mais comuns o mínimo, a média e a mediana, enquanto o preço máximo seria o valor de limite que a administração se dispõe a pagar por determinado objeto"*<sup>2</sup>.

31. Ainda, no que tange ao preço estimado, deve-se observar a discricionariedade apresentada nessa opção, que é algo que consta expresso no Edital ao determinar que haverá a negociação do preço com o proponente.

32. O próprio TCU, em Guia de Boas Práticas, corrobora como esse entendimento, a saber:

Se o preço estimado é resultado do cálculo de uma média de preços, isto significa que os preços acima ou abaixo da média usados no cômputo foram considerados como legítimos, senão não poderiam ter entrado no cálculo da estimativa. Como consequência, **um preço final maior ou menor do que estimado pode ser válido**, desde que esteja dentro da faixa estabelecida pelo critério de aceitabilidade de preço<sup>3</sup>. (g.n.)

33. Portanto, ao contrário do que busca fazer crer a In Press, não há irregularidades na proposta de preços apresentada pela FSB, de modo que não há que se falar em desclassificação.

## 4. DAS RAZÕES PARA DESPROVER O RECURSO DA PARTNERS

<sup>2</sup> Disponível em: [https://sollicita.com.br/Noticia/?p\\_idNoticia=17032&n=undefined](https://sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=17032&n=undefined) Acesso em 31 out 2022.

<sup>3</sup> Tribunal de Contas da União. Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação: riscos e controles para o planejamento da contratação / Tribunal de Contas da União - Versão 1.0. Brasília, 2012. p.180. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/guia-de-boas-praticas-em-contratacao-de-solucoes-de-tecnologia-da-informacao-1-edicao.htm> Acesso em 31 out 2022.



Franco de Mendonça

ARTIGO 2.º

25. - Estas formas e negociação do preço com a entidade com a qual se negocia, desde que não haja qualquer tipo de pressão ou coação, não são consideradas como negociações em branco, desde que não haja qualquer tipo de pressão ou coação.

26. - Ainda no que tange ao preço estimado, deve-se observar a seguinte regra: quando o preço estimado for inferior ao preço mínimo, o preço estimado deve ser considerado como o preço mínimo.

27. - Ainda no que tange ao preço estimado, deve-se observar a seguinte regra: quando o preço estimado for superior ao preço máximo, o preço estimado deve ser considerado como o preço máximo.

28. - Ainda no que tange ao preço estimado, deve-se observar a seguinte regra: quando o preço estimado for inferior ao preço mínimo, o preço estimado deve ser considerado como o preço mínimo.

29. - Ainda no que tange ao preço estimado, deve-se observar a seguinte regra: quando o preço estimado for superior ao preço máximo, o preço estimado deve ser considerado como o preço máximo.

# EM BRANCO

30. - Ainda no que tange ao preço estimado, deve-se observar a seguinte regra: quando o preço estimado for inferior ao preço mínimo, o preço estimado deve ser considerado como o preço mínimo.

31. - Ainda no que tange ao preço estimado, deve-se observar a seguinte regra: quando o preço estimado for superior ao preço máximo, o preço estimado deve ser considerado como o preço máximo.

## 4. ORÇAMENTOS PARA DESPESER O RECURSO DA PARTNERS

32. - Ainda no que tange ao preço estimado, deve-se observar a seguinte regra: quando o preço estimado for inferior ao preço mínimo, o preço estimado deve ser considerado como o preço mínimo.

33. - Ainda no que tange ao preço estimado, deve-se observar a seguinte regra: quando o preço estimado for superior ao preço máximo, o preço estimado deve ser considerado como o preço máximo.



# Franco de Menezes

A D V O G A D O S

## 4.1. DA ESCORREITA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA À FSB

34. A Partners, por sua vez, aponta supostas similaridades entre a sua proposta e aquela apresentada pela FSB, principalmente no que diz respeito aos itens "b", "c" e "d" do Raciocínio Básico: diagnóstico, compreensão dos públicos e compreensão dos desafios e objetivos, respectivamente.

35. Nesse contexto, a Recorrente aduz que recebeu 3 (três) pontos dos 5 (cinco) possíveis, mesmo tendo cumprido os itens exigidos, enquanto a FSB teria tirado a nota total, o que não seria compreensível.

36. Já no que tange às Soluções de Comunicação, a Partners afirma que "chama atenção" os muitos pontos em comum entre sua proposta e aquela apresentada pela FSB. No entanto, a pontuação seria diversa.

37. Veja-se que, na oportunidade, a própria Recorrente assume, por exemplo, que deixou de explicitar o público-alvo de algumas peças (algo solicitado pelo Edital).

38. No Plano de Implementação, por sua vez, a Partners reclama da pontuação que lhe fora atribuída em comparação àquela recebida pela FSB sob o argumento de que "as metodologias de implementação entre as duas concorrentes não são tão distintas".

39. A Recorrente afirmou que a FSB "não previu nenhuma etapa para planejar, avaliar e readequar a estratégia, nem tampouco explicou como será conduzido o relacionamento entre a sua equipe e a comunicação do SGB, encontrando-se o plano pouco detalhado e falho".

40. Ainda, alegou que a FSB teria deixado de trazer os "valores percentuais" em sua precificação.

41. Ora, no que diz respeito às supostas similaridades entre as propostas das concorrentes, FSB e Partners, é de se ressaltar que não passam de uma análise subjetiva da Recorrente que, naturalmente, sempre utilizará o discernimento a seu favor e em benefício da sua proposta.



Franco de Mendonça

ADVOCADOS

### 4.3. DA ESCORRETA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA À F28

34. A F28, por sua vez, aponta supostas similaridades entre a sua proposta e aquela apresentada pela F25, principalmente no que diz respeito ao item 2.1. No entanto, o Relatório Básico, diagnóstico, conclusões das partes e comentários dos debates e objetivos, respectivamente.

35. Nesse contexto, a Recorrente aduz que recebeu 3 (três) pontos de 2 (dois) pontos, mesmo tendo cumprido os fins exigidos, enquanto a F28 teria recebido a pontuação que não seria compreensível.

36. Já no que tange às Soluções de Comunicação, a Recorrente alega que, apesar de menos pontas em comum entre sua proposta e aquela apresentada pela F28, no entanto, a pontuação seria diversa.

37. Vejamos que as similaridades e diferenças apontadas pelo Examinador, em sua proposta de pontuação, são as seguintes:

# EM BRANCO

38. No plano de pontuação, a Recorrente alega que recebeu 3 (três) pontos de 2 (dois) pontos, mesmo tendo cumprido os fins exigidos, enquanto a F28 teria recebido a pontuação que não seria compreensível.

39. A Recorrente afirma que a F28 não previu nenhuma etapa para transferir a estratégia e a estratégia, nem tampouco explicitou como seria o conteúdo de cada uma das etapas, nem tampouco explicitou como seria o conteúdo de cada uma das etapas, nem tampouco explicitou como seria o conteúdo de cada uma das etapas.

40. Ainda alega que a F28 teria deixado de fazer os "vínculos pertinentes" em sua proposta.

41. Ora, no que diz respeito às supostas similaridades entre as propostas das partes, F25 e F28, é de se ressaltar que não passam de uma análise superficial de documentos, sempre utilizada o documento a ser analisado em benefício da sua proposta.



# Franco de Menezes

A D V O G A D O S

42. Além disso, é importante salientar que a Partners busca, indevidamente, desqualificar a proposta apresentada pela FSB. Para tanto, tenta apontar supostas falhas ou erros, sem, todavia, trazer qualquer base editalícia que sustente a sua tese.

43. Na página 5 de seu recurso, em que pese a Partners tenha alegado ausência de etapa de planejamento, avaliação e readequação da estratégia, tal argumento não corresponde à realidade e não se sustenta ao analisar a proposta da FSB.

44. Isso porque, na página 10 de sua proposta, a ora Impugnante deixou bem clara a metodologia a ser aplicada para análise e monitoramento. Veja-se:

As três linhas estratégicas serão sempre complementares e integradas. O uso permanente de BI e de ferramentas de monitoramento e avaliação vão ajudar a reforçar ações, identificar oportunidades e riscos, corrigir rumos. A partir desses direcionamentos e insumos apresentados, serão propostas ações de comunicação para auxiliar o SGB a concretizar os seus objetivos específicos, indicados por este certame para o período de um ano.

A execução da estratégia descrita acima terá uma duração de 12 meses, de forma a atingir os objetivos de comunicação apontados no briefing do edital. Os resultados

10

45. Ainda em relação ao Plano de Implementação, a página 17 da proposta da FSB demonstra com clareza a fase de planejamento de ações a serem usadas pelo SGB:

A primeira fase do plano de implementação será dedicada à **reestruturação do site** com elaboração de 36 conteúdos com técnicas de SEO e à **atualização de redes sociais**, bem como ao preparo de briefings, roteiros e materiais de apoio para a produção das ações propostas para o período da campanha.

No primeiro mês, **também serão produzidos os materiais institucionais de apoio "Desenvolvimento para o Brasil. Mas pode chamar de geociência"**, que subsidiarão todo o trabalho de comunicação (RP e digital/redes sociais).

No fim do 1º mês e início do 2º, será executada a **agenda mensal** de pautas para imprensa e haverá a realização do **Media Training** com o público interno. Também serão produzidas as primeiras edições do **Podcast Desenvolvimento para o Brasil. Mas pode chamar de geociências** e a **Newsletter**, que terá uma edição para cada um dos 12 meses de campanha.

46. Por fim, no que diz respeito à ausência de percentuais relativos aos preços de produtos, deve-se salientar que a planilha apresentada pela FSB seguiu o exato modelo proposto pela página 46 do Edital para apresentação de sua proposta de preços. Veja-se:

Este documento foi assinado digitalmente por Emerson Franco De Menezes. Este documento foi assinado eletronicamente por Ludimila Cesária Martinelli.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 02EB-2F82-AE0C-23B9.

Página 8



# Franco de Mendonça

1 1 7 0 4 4 2 2

42 - Além disso é importante salientar que a Fátima Busca, independentemente de qualquer apresentação pela FSB. Para tanto, torna-se oportuno solicitar a Vossa Senhoria, para que seja provido o cancelamento da inscrição a fim de evitar qualquer dano decorrente da utilização indevida da marca.

43 - Na página 5 de seu recurso, em que se alega a Fátima Busca, alegando que a marca em questão é de domínio público, não se sustenta a alegação de que a marca em questão é de domínio público, visto que a mesma não se encontra em domínio público, conforme se demonstra no presente recurso.

44 - Isso porque, na página 10 de seu recurso, a ora impugnada alega que a marca em questão é de domínio público, visto que a mesma não se encontra em domínio público, conforme se demonstra no presente recurso.

## EM BRANCO

45 - Ainda em relação ao plano de implementação, a página 17 do recurso da ora impugnada contém erros e omissões, bem como a falta de clareza e precisão na descrição dos pontos a serem atendidos.

46 - Quanto ao plano de implementação, a página 17 do recurso da ora impugnada contém erros e omissões, bem como a falta de clareza e precisão na descrição dos pontos a serem atendidos. Além disso, a ora impugnada não apresenta qualquer justificativa para a falta de clareza e precisão na descrição dos pontos a serem atendidos.

47 - Quanto ao que se refere à ausência de pareceres técnicos dos órgãos de fiscalização, deve-se salientar que a cláusula 4.1.1 do Edital para apresentação de propostas de prestação de serviços de consultoria em matéria de direito de propriedade intelectual, prevê a apresentação de pareceres técnicos dos órgãos de fiscalização.

Francisco de Mendonça





# Franco de Menezes

A D V O G A D O S

## 2.8. DO PREÇO

2.1. O preço global anual para execução dos serviços é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente ao total de serviços estimados para o período, conforme discriminado na Planilha, abaixo.

2.1.1. O valor desta proposta comercial já inclui todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto desta licitação, tais como tributos (inclusive contribuições fiscais e parafiscais), despesas com pessoal, equipamentos, materiais, diárias em hotéis e transporte para atendimento do objeto licitado.

	Produto e/ou Serviço	Complexidade	Quantidade Anual Estimada	Valor Unitário proposto R\$	SUBTOTAL Valor Total proposto R\$
1.DESIGN					
	1.1. Elemento Gráfico para Propriedade Digital				
	a	Baixa	36		
	b	Alta	24		
	1.2. Adaptação ou replicação da tela				
	a	Baixa	3		
	b	Média	3		
	c	Alta	3		
	1.3. Infográfico				
	a	Baixa	36		
	b	Média	24		
	c	Alta	12		
	1.4. E-mail marketing				
	a	Baixa	36		
	1.5. Banner				
	a	Baixa	36		
	b	Média	24		
	c	Alta	12		
	1.6. Adaptação de Banner				
	a	Baixa	36		

47. Portanto, não há irregularidades na proposta apresentada pela FSB, tampouco similaridade com aquilo que foi trazido pela Partners. Desse modo, em que pese isso não conste nos pedidos da Recorrente, não deve haver a diminuição da pontuação atribuída a ora Impugnante. Também não deve ocorrer a majoração da nota da Impugnada, uma vez que os argumentos utilizados não passaram de comparações subjetivas à proposta da licitante vencedora, de modo que não há indícios contundentes de que a pontuação que lhe fora atribuída está incorreta.

## 4.2. DA VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS DA FSB

48. Assim como fez a In Press, a Partners também pleiteou a desclassificação da proposta da FSB, uma vez que o preço trazido pela empresa seria superior àquele que consta no Termo de Referência anexo ao Edital.

49. Contudo, a concorrente também falha na interpretação do instrumento convocatório, pois alega que "aquelas propostas de preços que apresentarem valor global superior ao limite estabelecido serão imediatamente desclassificadas".

50. **No entanto, veja-se que não há limite estabelecido, mas mera estimativa de preço com a finalidade de negociação com o proponente.**

51. Nesse sentido, repisa-se todos os argumentos trazidos no item 3.2. da presente Impugnação, de modo que o recurso da Partners merece ser desprovido também nesse aspecto.

## 5. DOS PEDIDOS

Este documento foi assinado digitalmente por Emerson Franco De Menezes. Este documento foi assinado eletronicamente por Ludimila Cesária Martinelli.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 02EB-2F82-AE0C-23B9.

pagina



# Banco de Mendes

ESTRUTURA

Item	Descrição	Valor (€)	%
1	...	...	...
2	...	...	...
3	...	...	...
4	...	...	...
5	...	...	...
6	...	...	...
7	...	...	...
8	...	...	...
9	...	...	...
10	...	...	...

# EM BRANCO

## DA VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS DA ESB

48. Assim como faz a In Press, a Partner também oferece a possibilidade de pagamento da ESB, mas vez que o preço fixado pela empresa para a prestação de serviços que consta no termo de referência anexo ao Edital.

49. Contudo, é importante também fazer a interpretação do enunciado apresentado, pois ainda que "apenas propostas de preços que apresentarem validade superior ao limite estabelecido serão imediatamente desclassificadas".

50. No entanto, veja-se que não há limite estabelecido, mas mera eliminação da proposta com a finalidade de negociação com o proponente.

51. Assim sendo, após os todos os argumentos trazidos no item 3.2. da justificativa apresentada de modo que o recurso da Partner não seja considerado improcedente.

## B. DOS PEDIDOS



# Franco de Menezes

A D V O G A D O S

52. Diante do exposto, requer a Recorrida:

- a) O integral desprovemento do recurso da In Press a fim de que seja reconhecida a validade do julgamento realizado, bem como para que não haja desclassificação da FSB, uma vez que demonstrada a regularidade do que foi proposto pela ora Impugnante;
- b) O integral desprovemento do recurso da Partners para que a FSB não seja desclassificada, tampouco haja majoração da pontuação da Recorrente, m base nos argumentos trazidos nesse recurso,

Nesses termos,  
Pede deferimento.

Brasília, 31 de outubro de 2022.

## **FSB ESTRATÉGIA EM COMUNICAÇÃO**

LUDIMILA CEZARIA MARTINELLI

Representante Legal

## **EMERSON FRANCO DE MENEZES**

ADVOGADO

OAB SP 133.039 | OAB DF 52.536

Este documento foi assinado digitalmente por Emerson Franco De Menezes. Este documento foi assinado eletronicamente por Ludimila Cesária Martinelli.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 02EB-2F82-AE0C-23B9.

**10**  
Página



Emerson Franco de Menezes

ESTRATÉGIA

Diante de expor, repór a seguinte:

1) O integral despojamento do recurso da in fine e em que não encontra a validade do julgamento realizado, bem como que não há classificação de F28, uma vez que demonstrada a inexistência de que foi proposto para impugnação;

2) O integral despojamento do recurso de F28, uma vez que não há classificação, tampouco há maioria da pontuação de recurso, em caso dos argumentos trazidos nesse recurso.

Respeitosamente,  
Fidelidade

Brasília, 31 de outubro de 2023.

ESTRATÉGIA EM COMUNICAÇÃO

LUDMILA CÉZARIA MARTINELLI

Representante Legal

EMERSON FRANCO DE MENEZES

**EM BRANCO**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/02EB-2F82-AE0C-23B9> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 02EB-2F82-AE0C-23B9



### Hash do Documento

7F6B275E675E42C8739984E2F3C19AC55E4A395F2381667A7289469DF0484574

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/10/2022 é(são) :

- Ludimila Cezaria Martinelli (Signatário) - 835.492.421-15 em 31/10/2022 16:05 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: ludimila.martinelli@fsbcomunicacao.com.br

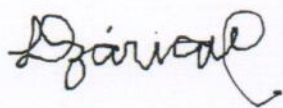
### Evidências

**Client Timestamp** Mon Oct 31 2022 16:05:30 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -15.7915298 Longitude: -47.8921573 Accuracy: 12488.566801085382

**IP** 201.45.202.178

**Assinatura:**



### Hash Evidências:

6954CA3104BAC17C465625BF32BCA66FB4087E9405C499D845109A57C8CD98B7

- Emerson Franco De Menezes (Signatário) - 169.814.048-77 em 31/10/2022 16:04 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Este documento contém informações importantes sobre o processo de assinatura digital no sistema Fone CA. Para verificar a autenticidade e a validade da assinatura, utilize o código de verificação fornecido e o endereço eletrônico para verificar os dados.

Código para verificação: 02EB-2F82-AE0C-2889



Hash do Documento

7F527E87E43C8799B4E2F3C1BAC88FA438F2381587A238A69D64117A

Código de Verificação (para assinatura, sem como senha) status em 31/10/2022 09:00

Luiz Carlos Marinho (Signatário) - 832 482 421-18 em 31/10/2022 18:04 UTC-03:00

Tip: Assinatura Eletrônica

Verificação: Por e-mail: luizcarlosmarinho@lacomunicacao.com.br

Exibindo

Client: Timewarner Web Co. 31 2022 18:02:50 GMT 0300 (Linha de Pedido de Serviço)

Coordenação Jurídica - 15488 96903108282

19/10/2022 18:04:17

Assinatura:

**EM BRANCO**

Hash Eletrônica

302CA303AC704E9A2F30BCA8F018A503030A5100A310C02887

Luiz Carlos Marinho De Moraes (Signatário) - 169814048-77 em 31/10/2022 18:04 UTC-03:00

Tip: Confirmação Digital



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

**FSB ESTRATÉGIA EM COMUNICAÇÃO LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 10.770.313/0001-82, com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José 70, 21º andar (parte), Centro, CEP 20.010-903, neste ato representada por sua administradora **LOUISE DA COSTA LIMA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Carteira de Identidade nº 166781, expedida pela OAB/RJ, inscrita no CPF sob o nº 116.143.977-32.

OUTORGADO:

**LUDIMILA CEZARIA MARTINELLI**, portadora da Carteira de Identidade nº 1.460.027, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF sob o nº 835.492.421-15; **EMERSON FRANCO DE MENEZES**, portador da carteira de identidade nº 133.039, expedida pela OAB/SP, inscrito no CPF sob o nº 169.814.048-77; **FLÁVIA LIMA COSTA**, portadora da carteira de identidade nº 54.858, expedida pela OAB/DF, inscrita no CPF sob o nº 046.304.151-81; **RACHEL PEREIRA DE MELLO**, portadora da carteira de identidade nº 1200292, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF sob o nº 602.657.361-53; **THIAGO DE OLIVEIRA MATTOS**, portador da carteira de identidade nº 27.556.237-9, expedida pela DETRAN-RJ, inscrito no CPF sob o nº 145.157.747-86 e **ENIO ALVES VIEIRA FILHO**, portador da carteira de identidade nº 1.132.386, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 573.639.191-00.

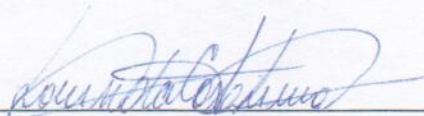
OBJETO:

Representar a outorgante no **Edital Nº 1016870/2022 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**.

PODERES

Apresentar e assinar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso, renunciar a recurso interposto, negociar novos preços e condições, firmar termos de compromisso e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2022.



**FSB ESTRATÉGIA EM COMUNICAÇÃO LTDA.**

Louise da Costa Lima  
ADMINISTRADORA



www.fsb.com.br

RIO DE JANEIRO

Rua Visconde de Paiva, 347  
3º andar - cep 20040-903  
tel 55 21 3206 5050  
fax 55 21 3206 5057

CENTRO  
Rua São José, 70  
21º andar - cep 20010-903  
tel 55 21 2217 8192

SETE PARQUE  
Av. Lagoa Rodrigo de Freitas, 111  
6º andar - cep 22250-000  
tel 55 21 2511 2111  
fax 55 21 2511 2111

ESCALA  
Rua Visconde de Paiva, 347  
3º andar - cep 20040-903  
tel 55 21 3206 5050  
fax 55 21 3206 5057

**24** OFÍCIO DE NOTAS  
**24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto** 089807A1070062  
 Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

Reconheço por **SEMELHANÇA** as firmas de:  
**LOUISE DA COSTA LIMA**

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022.

**THIAGO VICENTE DOS SANTOS**  
 Emol.: R\$ 6,69 TJ+Fundos: R\$ 2,72 Total: R\$ 9,41  
 Selo: EEG855380-RXV  
 Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

**RECONHECIMENTO DE FIRMA**

**24** OFÍCIO DE NOTAS  
**24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto** 089807A1182207  
 Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a  
 reprodução fiel do documento que  
 apresentado como sendo o original.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022.

**THIAGO VICENTE DOS SANTOS**  
 Emolumentos: R\$ 6,90 - TJ+Fundos: R\$ 2,81 Total: R\$ 9,71  
 Selo: EEG855244-ALN - Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

**AUTENTICAÇÃO**